

**Núcleo de Pesquisa
Fundação Getulio Vargas
São Paulo**

PROJETO III

Alguns desafios do capitalismo global no século XXI

Ernesto Lozardo

Abril de 2007

1

Séculos de Globalização

INTRODUÇÃO

A globalização é uma história antiga, porém irreversível. É errôneo ou simplista relacionar a globalização à influência dos EUA nas relações internacionais. Importa saber o que vem a ser a globalização, quando começou, sua perspectiva e irreversibilidade, seus riscos e possibilidades na construção de um mundo melhor para as nações desenvolvidas e as emergentes. Muitas das respostas a essas indagações foram encontradas somente no final do século passado. Por essa razão, dúvidas e prognósticos equivocados sobre a globalização persistem no meio acadêmico e na mídia. É importante frisar que a globalização não é e nunca foi revolucionária. Ela é um caminho para a formação de uma sociedade solidária e soberana, a qual está sendo edificada sob preceitos democráticos, e de um sistema de relações econômicas co-responsáveis.

Com o fim do comunismo, a globalização tornou-se um dos principais temas debatidos no meio acadêmico, na mídia e nas entidades de classes organizadas. Isso se deve ao fato de que as sociedades ocidentais e asiáticas demandam a construção de um mundo cuja prosperidade seja um direito de todos e não uma prerrogativa das sociedades ricas.

A dificuldade de muitas pessoas em definir o que vem a ser globalização assemelha-se a um elefante caminhando no meio de uma importante avenida da nossa cidade: qualquer pessoa, ao vê-lo, consegue identificá-lo, mas não defini-lo. Qual a importância prática de se definir a globalização? Sem esse aparato teórico, políticos, chefes de Estados, acadêmicos, lideranças políticas e empresariais referem-se à globalização como se fosse um elefante que atrapalha a avenida das negociações nacionais. Poucos se apercebem da importância das modificações reais e intangíveis que diferentes facetas da globalização têm ocasionado: a evolução, a integração econômico-social e a reformulação das práticas cotidianas. A globalização no século 21 não será uma panacéia, mas uma reinvenção das relações humanas, dos Estados-Nações e das corporações como sendo um caminho para a prosperidade e a redução da pobreza das nações menos desenvolvidas. Na era da globalização e do conhecimento, o homem estará reinventando-se e com ele as economias das nações, as instituições políticas e as organizações internacionais.

As divergências de visões sobre o tema promovem o melhor entendimento da minimização de riscos e do aumento dos benefícios do desenvolvimento humano. Muitos atribuem à globalização das relações internacionais o aprofundamento das desigualdades

econômicas e sociais entre nações.¹ Há também os que entendem que o atraso econômico se deve unicamente às políticas equivocadas de desenvolvimento, descartando ou simplesmente negando a relevância das vantagens da globalização, principalmente para os países menos desenvolvidos.² Com o passar dos anos, no entanto, ficou cada vez mais claro, no entender dos historiadores e especialistas nas questões do capitalismo global, que a globalização tem alavancado o progresso material das nações. Esse aspecto tem sido mais visível em algumas economias de países emergentes, como as do Chile, dos países do Sudeste Asiático, dos tigres asiáticos e mais recentemente da China, que souberam conduzir, sem descontinuidade, políticas de modernização econômica visando à inserção competitiva na economia global, mantendo elevada taxa de crescimento da renda por habitante e assegurando uma justa distribuição da renda nacional.³

A evolução da globalização pode confirmar as realidades e as possibilidades dos progressos materiais, institucionais e sociais de várias nações ao longo dos últimos 200 anos. Essas questões precisam ser analisadas dentro de uma retrospectiva histórica e, a partir dessa base de entendimento, poder-se-á dar um passo à frente em direção ao futuro das nações e do capitalismo global.

Dois Séculos de Globalização

Há historiadores que atribuem ao início da globalização as duas descobertas ocorridas no final do século 15: a América por Cristóvão Colombo em 1492 e o caminho para as Índias por Vasco da Gama ao cruzar o Canal da Boa Esperança em 1498. Essa demarcação histórica segue as mesmas feitas por Adam Smith ao escrever em 1776: “A descoberta da América e a passagem para as Índias pelo Canal da Boa Esperança são os

¹ MARTIN, Hans-Peter e Harald Schuman, *A Armadilha da Globalização - o assalto à democracia e ao bem-estar social*, Editora Globo, São Paulo, 1996, Capítulos 1,2 e 3.

² Vide BHAGWATI, 2004; RODRICK, 2003; e WOLF, 2004.

³ LIN, Justin Yifu; CAI, Fang; LI, Zhou. *The China miracle: development strategy and economic reform*. Sha Tin: The Chinese University Press, 1996.

BOSWORTH, Barry P.; DORNBUSH, Rudger; LABÁN, Raúl (Ed.). *The Chilean economy: policy lessons and challenges*. Washington D. C.: The Brookings Institution, 1994.

RODRICK, Dani (Ed.). *In search of prosperity*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

AMSDEN, Alice H. *Asian's next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade... unindo duas das mais distantes partes do mundo”.⁴ No final do século 15, os europeus administravam uma área equivalente a 3,5 milhões de km². Com o descobrimento da América, passaram a contar com uma área dez vezes maior, de 35 milhões de km². Essas descobertas representaram um enorme impacto nas dimensões territoriais que os países descobridores – Portugal e Espanha – teriam de conquistar e tomar posse; eles teriam que assimilar impactos comerciais e institucionais locais, assim como traduzir esses eventos em expansão político-militar, em ganhos econômicos e, ao mesmo tempo, administrá-los. Esses aspectos dimensionais e administrativos não estavam na mente desses povos europeus nos séculos 16 e 18. A importância da integração do comércio entre os principais países europeus e a conquista de terras e culturas desconhecidas não constavam das prerrogativas da vida dos europeus da época, tampouco dos seus mandatários.

Se levarmos em conta o período secular, desde as descobertas, enaltecidas por Adam Smith, até a segunda metade do século 18, constatamos que não há evoluções notáveis no sistema de transportes marítimos que pudéssemos apontar como um fator de redução nos custos dos transportes e nos preços das mercadorias transportadas. Durante os séculos 16 e 18, o volume de comércio aumentou, mas principalmente por causa do crescimento populacional europeu. Nesse período, o comércio entre nações era, essencialmente, de bens não competitivos: os europeus importavam seda, açúcar, cravo, canela, madeira, juta e ouro, enquanto exportavam prata, tecidos e lã. Essa modalidade de comércio de trocas unilateral, ou seja, exploratória, não criou uma base de desenvolvimento econômico próprio, transferindo tecnologia e fixando novas modalidades de produção e até mesmo possibilitando o comércio com vantagens comparativas entre países. O volume do comércio internacional em si não nos informa sobre a existência da globalização, mesmo que seja na sua fase inicial: a produção exploratória de comércio entre regiões ou países. A globalização inicia seus primeiros passos em direção à integração econômica regional interativa e competitiva somente após 1869, antes dessa data a globalização não existia.

⁴ SMITH, Adam. *The wealth of nations*. New York: Random House, 1985. Book 4, chapter 6, part 3.

Antes de avançarmos no processo evolutivo da globalização, importa destacarmos suas quatro fases.⁵ A primeira ocorreu durante os anos de 1870 e 1914, notadamente com a abertura dos Canais de Suez e Panamá, causando avanços nos sistemas de transportes marítimos e na redução de custos e das barreiras comerciais; a segunda compreendeu os anos de 1950 até 1980, destacando o fato da integração econômico-comercial entre países ricos: Europa, Japão e Estados Unidos; a terceira ocorre a partir de 1980 em diante com os avanços nos sistemas de comunicação, surgindo uma nova infra-estrutura de informação e o comércio eletrônico global, abertura comercial entre países ricos e emergentes e melhor ambiente institucional aos investimentos diretos internacionais; e, a quarta fase está em seu início, a era do conhecimento. Esses referenciais de períodos serão importantes para que se tenha melhor acompanhamento da evolução da globalização através dos séculos.

A globalização do comércio internacional interativo e competitivo entre países começou em 1869, quando ocorreu a abertura do Canal de Suez e se obteve um emboalo maior com a abertura do Canal do Panamá em 1914.⁶ Esses dois fatos, na época, encurtaram o tempo e reduziram o custo do transporte marítimo, possibilitando a integração econômica no comércio internacional.⁷

Da segunda metade do século 19 em diante, o custo do frete dos transportes marítimos caiu drasticamente por conta de dois fatores: 1) a abertura do Canal de Suez e o do Panamá, bem como os avanços tecnológicos na velocidade e na capacidade de carga dos navios a vapor, interligando continentes, e as estradas de ferro, interligando o interior de cada país, deram um forte impulso à integração do comércio mundial; 2) vários países do continente europeu, os EUA e o Japão adotaram política de livre comércio após 1858.⁸

⁵ O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *When did globalization begin?* 2000. Working Paper 7632 – NBER, Apr. 2000. A quarta fase será abordada somente no quinto capítulo.

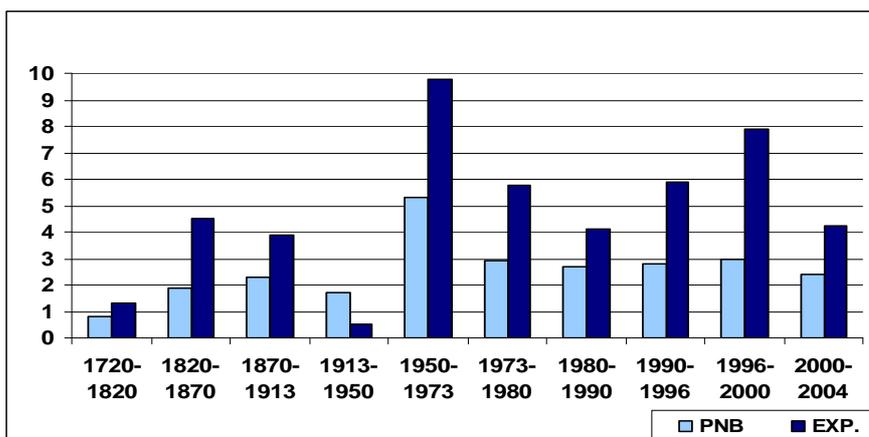
⁶ O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *Globalization and history*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

⁷ O Canal de Suez era um antigo projeto dos romanos para ligar os mares do Mediterrâneo e Vermelho, através do istmo de Suez, em um percurso de 163 km, deixando de circundar a África e contornar o Cabo da Boa Esperança para atingir os Oceanos Índico e Pacífico. A primeira tentativa de abertura do Canal do Panamá, de 81 km de comprimento e três eclusas, foi dos espanhóis, objetivando facilitar o comércio com suas colônias. Por questões de natureza financeira, o projeto parou e somente foi levado adiante pelos norte-americanos motivados pelo intenso comércio do ouro no final do século 19 e início do século 20. O Canal do Panamá liga o Oceano Atlântico ao Pacífico. O'ROURKE; WILLIAMSON, op. cit., cap. 3.

⁸ No final do século 19, a China e o Japão estavam engajados na eficiência e na transformação dos sistemas de transportes para toda a Ásia. A abertura do Canal de Suez, reduzindo o custo dos transportes e o tempo de viagem, abriu novos horizontes para o comércio desses países em direção aos mercados do Atlântico.

Nos últimos 285 anos, a taxa de crescimento do comércio internacional tem suplantado a do crescimento econômico mundial, exceto por um curto período, entre 1913 e 1950 (Figura 1.1). Entre 1720 e 1913, a taxa de crescimento econômico esteve, em média, uma vez e meia acima da taxa de crescimento econômico mundial. O baixo crescimento econômico entre 1913 e 1950 (o período de crescimento mais baixo desde 1820) foi seguido de baixa taxa de crescimento do comércio por conta das duas Grandes Guerras Mundiais e do forte protecionismo comercial, os quais limitaram o crescimento das exportações. Nesse período, inclui-se também a Grande Depressão econômica mundial, quando o volume do comércio mundial declinou em 60%. No século passado, o auge do crescimento, tanto das exportações como das atividades produtivas da economia mundial, ocorreu no período entre 1950 e 1973, conhecido como os “anos dourados” do crescimento mundial. Nesse período, um pouco mais de duas décadas, a média do crescimento da economia mundial foi em torno de 5,5% ao ano e as exportações cresceram a uma taxa média de 9,8% ao ano. Esses resultados surpreendentes precisam ser ponderados para que se tenha um entendimento correto sobre os “anos dourados”. Nesse período pós-guerras, as atividades exportadoras foram retomadas, primeiramente, pelo novo sistema monetário internacional, com taxa de câmbio fixa entre as nações, juros internacionais baixos e elevados níveis de investimentos governamentais para a recuperação das economias destruídas pelas guerras. Os anos dourados foram interrompidos, em parte, pelo fim do acordo de Bretton Woods, mas, de forma mais significativa, pelos choques nos preços do petróleo em 1973; no final dessa década, houve elevação das taxas de juros no mercado internacional.

Figura 1.1 – Taxa de Crescimento das Exportações e do PNB Mundial, em %, 1720-2004

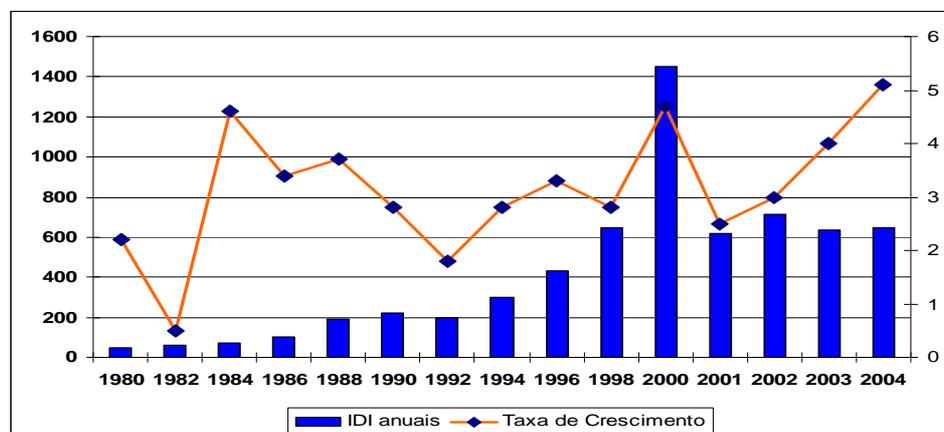


Fontes: WTO Annual Report, 1998 (página 34) e 2005.

Apesar desses fatores, ao avaliar o período de 1948 até 2004, observa-se que o comércio das exportações se expandiu mais rapidamente do que a taxa de crescimento do produto mundial. Essa constatação leva-nos a considerar o fato de que o crescimento do produto das nações correspondeu mais às atividades de exportações do que à expansão das atividades voltadas à economia doméstica. Chama-nos também a atenção o fato de que, entre 1948 e 2004, as exportações expandiram-se em média 6,2%, enquanto o produto cresceu 3,8% no mesmo período.

No tocante ao crescimento econômico mundial, há outro aspecto a ser considerado: os investimentos diretos internacionais. Embora não se tenha o fluxo desses investimentos para o mesmo período, importa ressaltar que, entre 1980 e 2004, eles cresceram 13 vezes. Na Figura 1.2, nota-se que os investimentos internacionais caíram em 2001. Essa queda deveu-se ao atentado terrorista às torres gêmeas do World Trade Center, na cidade de Nova York, em setembro de 2001, o qual tornou as relações internacionais menos previsíveis e menos alinhadas ao processo de integração econômica entre as diversas regiões do planeta. Se considerarmos somente o período após o atentado terrorista, verificamos que o volume de investimentos permaneceu em torno de US\$ 630 bilhões, ou seja: um volume igual a 42% do que se investiu em 2000, quando se registrou um montante de US\$ 1,5 trilhão.

Figura 1.2 – Investimentos Diretos Internacionais em US\$ Bilhões e Taxa de Crescimento da Economia Mundial



Fonte: Unctad, World Investment Report, 2005.

Observa-se nessa figura que o crescimento do comércio foi retomado. A expansão do comércio tem possibilitado tanto o crescimento econômico mundial como a elevação de oferta de moeda nos mercados de capitais internacionais. A expansão do fluxo de investimentos reflete a amplitude da internacionalização e da interconexão entre diferentes mercados de capitais no mundo. Para se ter uma idéia da internacionalização de capitais, em 1980, esse fluxo foi em torno de US\$ 200 bilhões e, em 2004, saltou para mais de US\$ 3 trilhões. Isso representa um crescimento médio anual de 12%, equivalendo a um aumento de 15 vezes em relação ao ano de 1980. Os fluxos de capitais estão refletindo o crescimento e a expansão do comércio internacional. A expansão do comércio tem sido e continuará sendo o principal fator de crescimento da economia mundial e dos países emergentes. A expansão e a sustentabilidade do crescimento do comércio internacional dependerá da redução das barreiras comerciais existentes entre países desenvolvidos e emergentes. Essa perspectiva consiste em um dos componentes-chave do aprofundamento e da continuidade da globalização neste século.

As ondas de crescimento do comércio internacional, da produção mundial e dos fluxos de capitais propiciaram, ao mesmo tempo, os movimentos de alta e de baixa da renda por habitante no mundo. Entre 1820 e 1913, a renda por habitante cresceu concomitantemente com a expansão do comércio, mas esse crescimento foi interrompido

no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, entre 1913 e 1950. Nos anos seguintes, a economia mundial cresceu como nunca na sua história, sendo esse o período “dourado” do crescimento mundial. Todas as nações prosperaram, em grande medida, por conta das políticas de crescimento adotadas pelos países desenvolvidos decorrentes do acordo de Bretton Woods. Os Estados Unidos fizeram, de fato, esforços para recuperar o crescimento das economias européia e japonesa, pois entendiam que o forte crescimento dessas economias inibiria a expansão do comunismo, principalmente entre os países não comunistas da Europa. Um novo processo de abertura se deu após 1950, recuperando o crescimento da renda por habitante dos anos entre 1913 e 1950, o qual chegou a 0,91% em média no período, sendo elevado para 2,93% entre 1950 e 1973. O crescimento da renda por habitante foi interrompido em 1973 pelas razões já apontadas. Mesmo assim, entre 1973 e 1999, a renda por habitante cresceu em média 1,33% ao ano, um pouco acima da que se obteve no final do século 19 e meados do século 20 (Tabela 1.1).

Tabela 1.1. – Taxa de Crescimento Econômico por Habitante, em %, 1820-1999

<i>Regiões</i>	<i>1820- 1870</i>	<i>1870- 1913</i>	<i>1913- 1950</i>	<i>1950- 1973</i>	<i>1973- 1999</i>
Europa Ocidental	0,95	1,32	0,76	4,08	1,78
EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia	1,42	1,81	1,55	2,44	1,94
Japão	0,19	1,48	0,89	8,05	2,34
USSR atual Rússia	0,64	1,15	1,50	3,49	-1,1
América Latina	0,10	1,81	1,42	2,52	0,99
Ásia (exceto Japão)	-0,11	0,38	-0,02	2,92	3,54
África	0,12	0,64	1,02	2,07	0,01
Mundo	0,53	1,30	0,91	2,93	1,33

Fonte: WOLF, Martin. *Why globalization works*. New Haven, USA: Yale University Press, 2004. p. 107.

Nos anos dourados, foram expressivas as taxas do crescimento da renda por habitante nas economias do Japão e da Europa Ocidental: 4,08% e 8,05%, respectivamente. Esse foi o período em que a liberalização do comércio foi restaurada, mas, após o choque do petróleo, o processo cessou e esses resultados não mais foram observados. As possibilidades de se repetir aqueles feitos econômicos têm sido objeto de intensa negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC) visando à redução das tarifas de importação de bens e de serviços entre nações desenvolvidas e emergentes para possibilitar

a expansão do comércio, do crescimento e da prosperidade mundial a todas as nações inseridas na internacionalização das suas economias.

Há também de se considerar a inversão dos fluxos de recursos na conta-corrente entre países desenvolvidos e emergentes. Durante o século passado, os países emergentes eram tomadores da poupança internacional ofertada pelos saldos em conta-corrente dos países desenvolvidos. Hoje, essa situação reverteu-se: os EUA são tomadores líquidos dos saldos em conta-corrente dos países emergentes, principalmente os do Oriente Médio, China (em maior escala) e os demais tigres asiáticos. Essa reversão de dependência dos EUA em relação aos países emergentes deixa claro um cenário no qual, para que esses países continuem financiando as demandas de investimentos ou de financiamento das contas públicas dos EUA, duas condições serão primordiais: manter a economia internacional crescendo por meio da expansão do comércio e, concomitantemente, ampliar a redução das barreiras comerciais entre os países desenvolvidos e os emergentes. Caso contrário, qualquer sinal de uma nova crise nos preços na oferta do petróleo deixará os países desenvolvidos, principalmente os EUA, em uma situação de elevada vulnerabilidade política e econômica perante o capitalismo global. Essa possibilidade significará que o processo de aprofundamento da globalização entre as nações estará mais frágil, pois, na história da humanidade, a expansão do comércio e a paz sempre andaram juntos.

Tabela 1.2 – Exportações de Manufaturas Regionais em % do Total Mundial entre 1948 e 2003

	1948	1973	1993	2003
Mundo	100	100	100	100
América do Norte	27,3	16,9	16,6	13,7
América Latina e Caribe	12,3	4,7	4,4	5,2
Brasil	2,0	1,1	1,1	1,0
Europa Ocidental	31,5	45,4	44,0	43,1
Europa Central e Leste Europeu	6,0	9,1	2,9	5,5
África	7,3	4,8	2,5	2,4
Oriente Médio	2,0	4,1	3,4	4,1
Ásia	13,6	14,9	26,1	26,1
Japão	0,4	6,4	9,9	6,5
China	0,9	1,0	2,5	6,0
Índia	2,2	0,5	0,6	0,8
Sudeste Asiático (seis países)	3,0	3,4	9,2	9,7

Fonte: WTO – International Trade Statistics, 2004, página 30.

As Dimensões da Integração Econômica

Uma das dimensões da globalização caracteriza-se pela integração dos mercados internacionais de *commodities*.⁹ Esse processo de integração foi interrompido durante as duas Grandes Guerras Mundiais do século passado. A globalização, como sendo a integração dos mercados internacionais de *commodities* competitivas, foi um dos principais aspectos que deu origem à consolidação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa instituição tem sido responsável pela promoção, fiscalização e regulação da integração econômica e pelo crescimento da competitividade entre o maior número de nações. Esses aspectos caracterizam a trajetória da globalização como um processo de integração comercial entre países ricos e emergentes.

A globalização não é a americanização das relações internacionais e culturais, embora o mundo seja influenciado pelo que ocorre ou possa ocorrer nos EUA. A globalização é muito mais do que os valores culturais e étnicos, econômicos e tecnológicos, democráticos e humanos, capitalistas e militares dos norte-americanos. Os que entendem que a globalização não passa de um mero jogo de interesses de cartas marcadas pelo poder hegemônico dos EUA adotam a postura do medo, da retaliação, do protesto sem diálogo e do terrorismo.¹⁰

Há ao redor do mundo um sentimento crescente contra a globalização associado à hegemonia ou ao imperialismo dos Estados Unidos, considerando-os responsáveis pelas injustiças e desigualdades das riquezas entre nações ricas e pobres. Importa separar o que cabem aos EUA, no tocante à sua política externa, e aos países menos desenvolvidos, no que diz respeito às suas irresponsabilidades e equívocos quanto às políticas de desenvolvimento. Não se pode negar o fato de que as reações contra os EUA se devem à forma arrogante e às marcas profundas deixadas ao redor do mundo pela sua política externa de ser a “polícia” da democracia e do capitalismo mundial. Quem lhes delegou essas atribuições, quando há as Nações Unidas, o fórum da diplomacia mundial para alinhar

⁹ O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *Globalization and history*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

¹⁰ Para conhecer as razões da antiglobalização, do antitransnacionalismo e do antiamericanismo, vide Jagdish Bhagwati, “In Defense of Globalization”, Oxford University Press, New York, 2004.

as questões de segurança e de soberania dos países-membro?¹¹ Há também, por parte das nações menos desenvolvidas e emergentes, políticas de desenvolvimento equivocadas no que se refere à redução das desigualdades ou ao foco da prosperidade com inserção de todos os setores potencialmente competitivos no mercado global. Nos países da América Latina, esses equívocos resultaram na queda da taxa de crescimento da renda por habitante ao longo das últimas três décadas do século passado.¹² Porém, mesmo que uma nação emergente deseje entrar para o clube dos países mais representativos no comércio internacional, ela precisa ter ou construir a competência de negociadores internacionais. Essa condição não se obtém pelo vetor reativo contra as condições existentes, mas pelo vetor pragmático e diplomático de todos os pares que possam estar ou estejam nas negociações de inserção global. Na ausência dessas precondições, os países desenvolvidos dificultam a ascensão dos menos preparados ou com menor excelência competitiva dos setores potencialmente capazes de crescerem no mercado global. Existem, de fato, muitas injustiças sociais, políticas e econômicas entre os países emergentes que necessitam de apoios internacionais que lhes permitam construir uma base de prosperidade futura. Na ausência de políticas globais estruturais de co-responsabilidade de apoio à inserção econômica dos países menos competitivos, a resposta continuará sendo a ação do terrorismo internacional ou de movimentos que dificultem o progresso da globalização.

No final do século passado, José Bové, um obscuro francês criador de ovelhas, tornou-se internacionalmente famoso após ter destruído um restaurante da rede McDonald's sob a alegação de proteger a soberania da culinária francesa. Por mais ridículo que isso possa parecer, hoje em dia, Bové ocupa as manchetes das entrevistas nos principais meios de comunicação em todos os fóruns de temas globais. Pessoas como Bové buscarão um

¹¹ Os desafios da hegemonia norte-americana em um mundo globalizado serão analisados no capítulo pertinente aos EUA.

¹² No Brasil, na época dos militares que estiveram no poder de 1968 a 1979, a senha do desenvolvimento foi a teoria do “bolo”: primeiro crescer para depois distribuir a renda acumulada. Como resultado, nada disso acabou acontecendo. Na década de 70, a fase de substituição das importações já havia terminado, mas não se soube arquitetar uma política de transição para a do desenvolvimento com inserção competitiva internacional. As economias da Ásia continuaram crescendo durante as décadas de 70 e 80 (os anos de crises internacionais), enquanto os países da América Latina naufragaram. De 1983 até 2003, os países que se propuseram uma maior abertura econômica passaram por grandes transformações estruturais, que vêm assegurando elevados níveis de crescimento. “Em 1983, os países da Ásia importavam menos de 15% de bens manufaturados dos países industrializados; em 2003, esse percentual saltou para 35% – a China, por exemplo, passou de 2% para 17% nesse período. A América Latina passou de 3% para 8% entre 1983 e 2003.” (Pedro Malan, O Estado de São Paulo, 8 de janeiro de 2006, A2)

minuto de fama contra a globalização, sem, pelo menos, conhecer ou considerar que, se a globalização falhar, o capitalismo global terá o mesmo fim que teve o comunismo internacional.

O que estará em jogo neste século não será a soberania ou a hegemonia dos EUA ou da China, mas a possibilidade de se construir uma sociedade na qual os valores e deveres comunitários sobrepujam o individual, construindo assim um capitalismo co-responsável. Defende-se neste livro a importância da co-responsabilidade das ações das nações no processo de integração entre mercados, visando objetivos comuns no tocante aos aspectos básicos da sobrevivência humana: o respeito às diferenças culturais, às crenças e às distintas filosofias de vida existentes no planeta; a reciprocidade, deveres com a comunidade, a priorização da educação e a redução da pobreza em escala global; a preservação do meio ambiente; a segurança global contra toda sorte de ameaças que possam pôr em risco a vida dos seres humanos em qualquer parte do mundo; e, sobretudo os laços de confiança entre as nações. Nenhum país rico irá ensinar os países pobres a se tornarem prósperos, porém, por meio de ajuda no combate às causas da pobreza de cada nação, de forma estruturada e não assistencial, a pobreza no mundo e os riscos sociais, ambientais e patrimoniais das nações serão cada vez menores. Crescem assim as esperanças de se ter um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

A globalização não é uma revolução, mas um processo em construção direcionado à promoção das oportunidades sociais e econômicas e à segurança de todos em qualquer parte do mundo. O mundo caminha para uma nova organização, não mais em blocos econômicos, mas em redes de cooperação, de rivalidade e de conflitos. Isso não significa uma ruptura do sistema capitalista, mas de cooperações alinhavadas na confiança.¹³ Esses são os desafios da globalização. Na elaboração deste trabalho, procurou-se visualizar o futuro das nações e do capitalismo ao longo deste século. Nesse exercício prospectivo, o aprofundamento da globalização como forma de integrar nações pobres e ricas às múltiplas possibilidades da prosperidade global, este autor arremessa uma lança de esperanças para o futuro em busca de respostas e de afirmações positivas para o bem-estar da humanidade. Caso contrário, o capitalismo estará liquidado. O que virá? Ninguém sabe.

¹³ FUKUYAMA, Francis. *A confiança – as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

As Dimensões da Globalização

Desde 1990, o tema “globalização” tem tido várias dimensões. No plano econômico, engloba as questões pertinentes às relações de integrações econômicas nacionais na economia internacional por meio do comércio, dos investimentos diretos estrangeiros, da mobilidade do capital e dos trabalhadores, dos livres fluxos de tecnologias e de conhecimento. A globalização militar consiste em uma rede interdependente de ações militares na qual a força efetiva ou a ameaça do uso da força militar pode ser empregada como forma de assegurar a segurança nacional ou internacional. A globalização social ou das multidões é a diversidade de pessoas, de culturas e de idéias, que pode construir consciências transformadoras impessoais no mesmo plano de acesso e de transformações das informações obtidas pela Internet. Nesse processo de construção de consciências transformadoras, não há distinção física entre jovens e idosos, negros e brancos, budistas, judeus, cristãos e islâmicos, mas há a distinção meritória no plano das idéias.

A globalização política no plano das idéias e de consciências transformadoras assume dimensões de enorme magnitude em benefício do social global. Nesse sentido, as prerrogativas da democracia, da liberdade de pensamento, de mobilidade social, da prosperidade econômico-social, do respeito pelas diferenças de credo e de estruturas filosóficas consistirão a rede de segurança da globalização, do homem na era do conhecimento. Aqui trataremos da globalização econômica, porém vamos nos deslocar das definições usuais, pois entendemos que, em geral, as existentes estão fundamentadas na história econômica do comércio nos últimos dois séculos de globalização.¹⁴ O século 21 diferirá dos demais, pois o crescente número de pessoas, em qualquer lugar do mundo, com acesso à informação e à Internet em escala mundial recoloca o homem no centro das relações e das decisões mundiais. Portanto, o importante será satisfazer as necessidades básicas e as ambições humanas tanto no plano local como no global.

¹⁴ BHAGWATI, Jagdish. *In defense of globalization*. New York: Oxford University Press, 2004. p. 3.

Globalização no Século 21

A queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, pôs fim ao antigo embate entre capitalismo e comunismo. O comunismo prometia o paraíso celestial na Terra por meio da socialização da pobreza: todos seriam iguais perante a pobreza. O que terminou com o regime comunista foi a desesperança do povo soviético gerada pela falta de oportunidade de ter prosperidade e justiça social distributiva. Os comunistas tornaram-se intolerantes ao regime em face das injustiças, da corrupção institucionalizada e da leniência dos seus governantes. Restou o capitalismo que promove a distribuição desigual da riqueza. No capitalismo todos serão desiguais perante a riqueza. Mas o que pode fazer o regime capitalista ser menos concentrador de renda, menos escravocrata ou, de outra forma, que a sua “criatividade destruidora” seja menos selvagem? A democracia. As democracias maduras asseguram a liberdade e a justiça social por meio das suas instituições, permitindo que haja oportunidade de ascensão social para todos, a seu custo e risco, de forma meritória. No capitalismo democrático, inexistente o papel paternalista do Estado; no seu lugar, porém, há leis e obrigações de cada cidadão perante o Estado e a sociedade. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas – Estados Unidos e União Européia –, na presença das oportunidades de ascensão social, existe uma certa intolerância à desigualdade. Isso deveria ser o norte para todas as sociedades democráticas ou não para que a humanidade possa desfrutar dos avanços materiais e tecnológicos disponíveis ao acesso de todos os cidadãos. Para tanto, importa o crescimento da renda e do bem-estar social em todo o mundo.

Com o fim do comunismo, o capitalismo reina sozinho. Mas isso não significa que o capitalismo norte-americano e o europeu nortearão os rumos do capitalismo global, tampouco que o capitalismo recente será à semelhança do capitalismo desses países e muito menos que os sistemas democráticos norte-americano e europeu serão replicados em outras regiões. Teremos sistemas capitalistas e democracias adequadas à cultura de abertura e aos valores éticos de cada país. No entanto, não se pode minimizar a importância da economia dos EUA e da União Européia na liderança da construção de uma possível prosperidade global. O aprofundamento da globalização entre os emergentes fará crescer o número de

capitalistas, porém se o Estado não trabalhar a favor dos capitalistas pouca chance esses países terão no acesso às oportunidades globais.

Hoje em dia, o mundo respira capitalismo e democracia, mas isso não significa que sejam os modelos ideais de uma sociedade próspera ou que sejam precondições para os países emergentes tornarem-se prósperos. Entretanto, não há, por enquanto, outros sistemas que possam acolher e representar as aspirações humanas. Neste século, o capitalismo terá uma face mais humana e co-responsável para sua própria sobrevivência, assim como a democracia plena continuará sendo uma meta a ser alcançada como forma de se fazer justiça na distribuição da renda, na segurança dos direitos humanos e nas oportunidades para cada cidadão.

Em dois séculos de globalização, as multinacionais, as nações, as sociedades e as regiões econômicas, objeto deste estudo, sofreram e continuarão sujeitas às mutações inerentes aos avanços tecnológicos das sociedades mais prósperas, mas certamente as prerrogativas do passado da teoria da dependência – o centro produzindo bens de capital e a periferia, *commodities* – não servirão como método de análises, pois na globalização deste século haverá cada vez mais uma relação de interdependência entre países desenvolvidos e emergentes.

Há novas dimensões na globalização, as quais estão causando transformações políticas e econômicas, principalmente entre as nações emergentes. Sem esse entendimento, torna-se difícil compreender o rumo das políticas comerciais, dos investimentos diretos internacionais, das referências do consumidor global, do papel das multinacionais, dos desafios dos empreendedores e dos governos de cada nação. Nesse sentido, as instituições internacionais do Ocidente, como a Organização do Comércio Mundial (OMC), o Banco Mundial e o FMI, bem como as instituições regionais e os bancos centrais, estarão adotando políticas com o caráter da co-responsabilidade no tocante ao crescimento com maior abertura econômica, com a co-responsabilidade de cada governo no que diz respeito às políticas públicas, a transparências administrativas e das políticas de investimentos internacionais visando ao bem-estar de todos, à redução das discrepâncias e ao aumento de renda entre e intrapaíses.

Os pressupostos de dois séculos de globalização, fundamentados nas vantagens comparativas ricardianas entre nações para se obter crescimento e aumento da renda,

passam a ter um novo sentido e uma nova dimensão, não tão limitada aos preceitos da integração de mercados entre nações.¹⁵ Neste século, a globalização sugere a inclusão de muitos fenômenos, alguns dos quais têm pouco a ver com os pressupostos econômicos, embora os aspectos econômicos sejam fundamentais em um mundo cada vez mais interdependente do capital e dos bens e serviços produzidos no mercado internacional. Destacam-se os direitos de propriedade, a desregulamentação dos mercados competitivos, as compras internacionais por meio da Internet, os diferentes regimes cambiais etc. A globalização nem sempre guarda uma estreita relação com o sistema político de uma nação, mas não se pode descartar a importância do sistema político de cada nação como pilar da representatividade da vontade ou das aspirações sociais em um mundo interconectado.

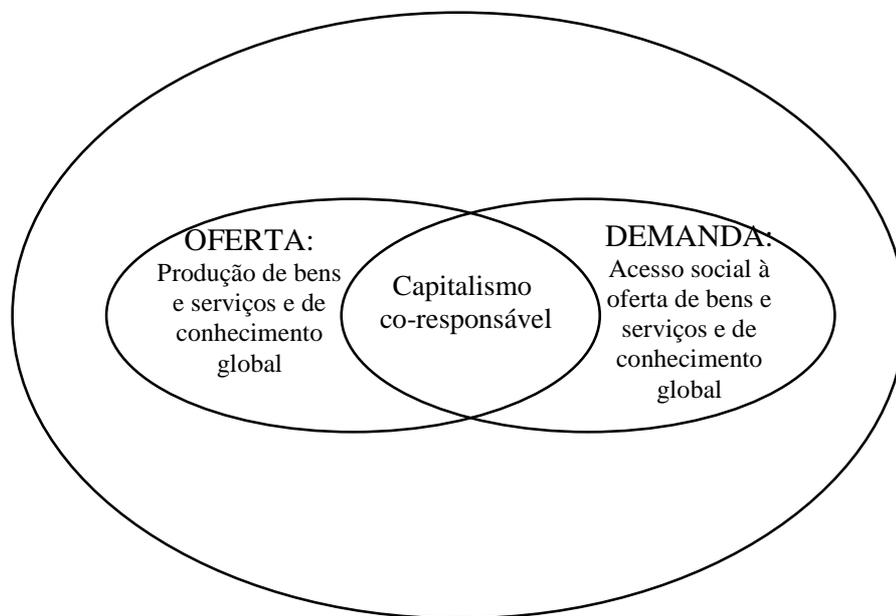
Os Fundamentos

O tema “globalização” deve ser analisado, considerando-se tanto a demanda como a oferta. Normalmente, os especialistas, em geral economistas, tratam desse tema abordando os aspectos da oferta de bens, serviços e capital. Nesse sentido, as análises englobam temas pertinentes aos seguintes aspectos: redução das barreiras comerciais, migrações, fluxos de capitais, investimentos diretos internacionais, transferências tecnológicas, equiparações tributárias dentro de uma comunidade econômica e desigualdades de renda entre e intrapaíses. Esses aspectos consistem nas possibilidades de realizações das ofertas de bens e de serviços e de fluxos de capitais. Assim sendo, a política macroeconômica deve propiciar uma maior abertura comercial visando ao aumento da riqueza nacional e à redução das desigualdades da renda. A globalização também deve considerar a demanda das pessoas em face das ofertas existentes no mundo. Desse modo, o processo de globalização das nações depende da vontade e dos ideais das pessoas e de como as instituições e a cultura de abertura inerente a cada nação podem facilitar a realização desses intentos. Essas aspirações existem em todas as sociedades e em qualquer parte do mundo. Assim, é importante o entendimento e as análises sobre a globalização diante das possibilidades de os agentes

¹⁵ O termo “ricardiana” refere-se ao economista inglês David Ricardo (1772-1823), que criou a teoria da vantagem comparativa do livre comércio: se cada nação se especializar na produção de bens e serviços da sua maior competência e com menor custo, irá obter ganhos nesse comércio, pois deixará de produzir bens

econômicos satisfazerem às aspirações humanas em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, a globalização apresenta aspectos econômicos político-institucionais que possibilitam o acesso de qualquer ser humano à oferta global de bens, serviços, capital financeiro e conhecimento existente em qualquer parte do mundo. Entendemos que todos esses fatores são universais, portanto, toda pessoa deve ter acesso e desfrutar dos benefícios da nossa evolução. Para facilitar esse entendimento, esquematizamos os fundamentos da globalização em termos de oferta e demanda de bens e serviços:

Figura 1.3 Representação da globalização do capitalismo co-responsável



Na economia, a oferta e a demanda interagem, mas com motivações distintas: quem produz busca maximizar seu lucro e quem demanda deseja atender às suas necessidades de acordo com sua renda disponível. No mercado global, os agentes econômicos que ofertam precisam que haja a demanda e a renda necessária que viabilize os custos e as expectativas de lucro. As pessoas em diferentes nações almejam ter o acesso ao consumo global de bens

e serviços ineficientes e caros, comprando-os dos países que tenham vantagens comparativas, e assim todos os países aumentarão suas receitas por meio do livre comércio.

e serviços existentes. Nessa perspectiva, presume-se que os consumidores tenham acesso às informações e aos produtos ofertados no mercado global. Supõe-se também que as economias desses países sejam suficientemente abertas para atender às demandas sociais a oferta de bens e serviços internacionais. Diante das considerações feitas, define-se a globalização econômica como sendo a **oferta global de bens, serviços e capital financeiro e a demanda social global ao acesso a essa oferta existente**. A globalização, portanto, consiste de duas dimensões distintas, porém complementares: a oferta física e a demanda social. Por complementar, deve-se entender: sem uma a outra deixa de existir.

No que se refere à oferta, a globalização econômica consiste no aumento das fontes globais de bens e serviços e dos fluxos de capital financeiro. Trata-se, portanto, da globalização da produção e dos mercados. Nesse aspecto, estão incluídos os agentes de produção e estes precisam estar ancorados em uma arquitetura institucional e em sistemas políticos, econômicos, monetário, jurídicos de proteção aos direitos de propriedade. Os agentes produtores de bens, serviços e de capital aceitam riscos de mercado, mas jamais riscos político-institucionais.

Há de se considerar, também, a dimensão da vontade humana no atendimento dos anseios das diferentes sociedades pela prosperidade global. Neste início de século, o capitalismo e a democracia apresentam-se como a melhor alternativa para atender às demandas sociais e econômicas. No que diz respeito à demanda, a globalização social consiste no desejo humano de poder consumir, investir, produzir e lucrar em qualquer parte do mundo, em um mundo político e economicamente sem barreiras econômicas e culturais, interdependente e interconectado. Entenda que estamos tratando dos aspectos sociais da globalização, os quais incluem a interatividade das pessoas, das culturas, das idéias, do acesso aos bens tangíveis e intangíveis, fazendo com que as barreiras nacionais tornem-se mais porosas, porém não irrelevantes. Nesse sentido, a revolução da tecnologia da informação fortalecerá todos os meios que possam igualmente fortalecer a satisfação das demandas sociais inerentes à globalização. Em poucas palavras, podemos resumir os aspectos da oferta e de demanda da globalização como um complexo processo de integração crescente entre economias e sociedades ao redor do mundo que afeta muitos aspectos das nossas vidas. Esses conceitos sobre as características da oferta e da demanda global servirão para avaliarmos, na segunda parte deste livro, a natureza das reformas

macro e microeconômicas, estruturais e estratégicas dos países do Sudeste Asiático, da Índia, da China, do Japão, da União Européia e dos Estados Unidos sob a ótica dos desafios políticos, das oportunidades econômicas, das demandas sociais no processo da inserção econômica.¹⁶

Dimensões Futuras

Embora não se tenha a dimensão do processo evolutivo da globalização ao longo deste século para a sobrevivência do capitalismo, cabe lembrar que a oferta e a demanda devem convergir para que, por um lado, a essência do capitalismo seja atendida, ou seja, o lucro, e, por outro, que as oportunidades de ascensão social de cada indivíduo e a satisfação do desejo e das ambições humanas sejam acolhidas em qualquer organização social e política do planeta. As demandas humanas, para serem satisfeitas, requerem renda ou políticas eficazes na distribuição da renda nacional e na elevação do padrão de vida das pessoas, evitando que o capitalismo global chegue ao seu fim por conta de injustiças sociais e de limitações institucionais impostas às pessoas que desejam sair das classes sociais mais baixas e ascender a padrões mais elevados de consumo e de bem-estar na vida.

Cada século teve sua característica própria, fruto dos avanços do conhecimento, das ambições humanas, das instituições, dos relacionamentos e do desenvolvimento econômico-social do homem. Ao século 20 atribui-se a da racionalidade e dos extremos. O século 21, certamente, será o da co-responsabilidade do homem pelo seu próximo; o da co-responsabilidade das sociedades, das instituições, das corporações privadas e públicas, dos regimes políticos, dos governos que devem sustentar a ordem social intra e entre nações e, por último, mas não menos importante, o da cooperação institucional entre nações. Entendemos, portanto, que o capitalismo co-responsável refere-se à ideologia da prosperidade material do homem com respeito à vida humana e ao direito à diversidade dos valores sociais, do combate à pobreza e da proteção socioambiental. Será um século de igual racionalidade que o anterior, porém com responsabilidades sociais e governamentais

¹⁶ Estaremos utilizando os termos capitalismo global ou capitalismo recente como palavras correlatas para expressar o conceito do capitalismo na era da globalização da oferta e da demanda de bens, serviços, do

globais que impedirão os extremos, predominando a paz, agora, porém em um novo contexto: na era do conhecimento, os valores humanos voltam a ser o centro das preocupações das instituições internacionais. Nesse sentido, atribuímos ao século 21 a existência do capitalismo global co-responsável e tolerante entre nações, que visa a assegurar a redução das desigualdades socioeconômicas e um ambiente de maior cooperação entre nações, embora hoje pareçam colidir nas disputas por lideranças regionais – EUA, Japão e China na Ásia; Alemanha e Inglaterra na União Européia. Disputas pela liderança do processo de unificação ou da hegemonia sempre existirão, porém neste século, o sentido da interatividade e da conectividade entre nações impedirá a repetição da “era de todas as guerras” que matou aproximadamente 69 milhões de pessoas durante as Duas Grandes Guerras Mundiais.¹⁷

Esse entendimento sobre os dois aspectos da globalização – oferta e demanda – em um ambiente de capitalismo co-responsável entre as nações nortearão todas as análises dos temas deste livro com o intuito de clarear as possibilidades e os riscos de imprevisibilidades do capitalismo global. Neste século, não estará em jogo uma nação ou uma civilização, mas o capitalismo, o que deverá dar respostas sociais muito mais satisfatórias e consistentes que as propostas socialistas do passado. Não haverá o “choque de civilizações”, mas o embate de idéias em torno de como construir o capitalismo co-responsável entre as nações.

A sobrevivência do capitalismo está alicerçada em dois pilares: no direito ao lucro e no direito a liberdade humana, coexistindo na base da co-responsabilidade social. Sem um o outro não se sustentará. De sorte que, reduzir as grandes desigualdades de renda por habitante entre países desenvolvidos e emergentes representa o maior desafio do capitalismo deste século. Sendo assim, só há um caminho: reduzir essas desigualdades por meio da maior abertura comercial entre países, e as nações mais desenvolvidas ajudarem as menos desenvolvidas a colocar parte da sua economia no capitalismo global. A abertura econômica dos países emergentes deve ser a suficiente para viabilizar a modernização da produção doméstica, tornando todos os setores mais eficientes. Portanto, não se trata de uma postulação neoliberal segundo os princípios do “Consenso de Washington”, os quais prescrevem que basta abrir a economia dos países emergentes que o milagre do crescimento

capital financeiro e dos investimentos diretos estrangeiros.

sustentável se materializa.¹⁸ Desse modo, as distâncias da renda por habitante entre nações ricas e pobres serão menores. O terrorismo internacional não representa uma ameaça ao capitalismo. Trata-se de um problema internacional específico em relação à política externa dos norte-americanos. O terrorismo internacional pode ser um fator perturbador na liderança dos EUA na construção da globalização. Porém, a maior ameaça à riqueza de poucos é a miséria de muitos. Sem redução da miséria humana, o capitalismo estará fadado a terminar como acabou o comunismo.

Ao fazermos referência aos aspectos da oferta e de demanda da globalização como sendo um complexo processo de integração entre economias e sociedades ao redor do mundo está se supondo a construção de uma nova sociedade global que deseja e tem possibilidades de ter acesso aos melhores padrões de vida, à tecnologia, aos melhores serviços de saúde pública e privada, enfim, que as sociedades dos países emergentes possam construir uma nova sociedade e ter acesso às ofertas materiais produzidas no mundo. Nesse sentido, as pessoas desejarão ter liberdade ao acesso a tudo que se produz no mundo, mas isso representa que estará sendo pavimentado um caminho inevitável à democracia.

A modernização econômica com inclusão social tende a gerar demandas sociais por maior participação nas decisões políticas, pois, com o progresso social, forma-se uma classe média esclarecida com propriedades a serem protegidas por sistema de leis e de poderes judiciários independentes. Mesmo assim isso não significa que seja um sistema democrático. A democracia pode ser um subproduto desse processo de prosperidade material dos países emergentes.¹⁹

Vários aspectos relacionados à definição da globalização expostos acima estão em curso em diferentes partes do mundo, tanto nas economias emergentes com inserção competitiva por meio da integração de mercados regionais na economia global como nas economias mais desenvolvidas. Dessa conceituação sobre a globalização, não se deve depreender que se está supondo a criação de uma sociedade global, porém os países que almejam o crescimento e a prosperidade equivalente ao das economias mais desenvolvidas

¹⁷ FERGUSON, Niall.2006. The Next War of the World. *Foreign Affairs*, September/October 2006, vol 85, No.5. p.61.

¹⁸ Esse tema será mais aprofundado no Capítulo 4.

¹⁹ Ver Francis Fukuyama, *O fim da história e último homem* (1992).

estão promovendo reformas macro e microeconômicas visando à elevação do padrão de renda social e transformando suas economias locais para atender à demanda global.

O capitalismo global está edificando referências globais no que diz respeito ao consumo, aos direitos humanos, à observância das leis internacionais sobre os direitos humanos, à preservação do meio ambiente, à segurança contra atos terroristas e contra o tráfico de drogas, aos meios de comunicação e de transportes e às normas contábeis. Para ilustrar um desses aspectos, tomando, por exemplo, o consumo, as tendências do consumo estão se tornando globais porque os consumidores são globais. Os brasileiros não têm os mesmos valores culturais e hábitos alimentares ou o nível de renda dos japoneses. No entanto, se a Olympus oferece ao mercado mundial uma nova máquina fotográfica com 8 *megapixels* de definição de imagens, os consumidores brasileiros, mesmo não dispendo da mesma renda e padrão de vida dos japoneses, passarão a ter como padrão de qualidade, *performance* e custo a nova máquina fotográfica da Olympus. Portanto, o consumidor brasileiro é um consumidor global. Nesse complexo contexto, as atividades humanas estão se adequando a cada realidade, seja ela econômica, corporativa, governamental ou pessoal, por meio do acesso à informação promovida pela tecnologia da informação. Para que os desejos dessas sociedades sejam atendidos, no futuro, não haverá espaço para longos períodos de recessão econômica regional e crises financeiras e de liquidez como ocorreram na última década do século passado. O mais provável é que as interdependências criem um mundo econômico global mais bem regulado, menos instável e com crescente produtividade e renda por habitante. Para que isso seja factível, o motor do crescimento econômico local e internacional terá de estar ligado o tempo todo, integrando e equilibrando as relações econômicas entre países ricos e emergentes.

Estamos diante de um novo mundo, um mundo global interligado e interconectado, sem que isso signifique mudanças ou mutações nos valores culturais, padrões éticos e religiosos de cada sociedade inserida na globalização. Cabe ressaltar que, embora os recursos naturais e a dimensão geográfica de um determinado país sejam importantes, a característica básica das políticas econômicas de êxito, em especial dos asiáticos, têm sido a velocidade de adaptação desses países no processo de industrialização e da cultura de abertura com o intuito de sustentar o crescimento da renda por habitante e melhorar a

distribuição das oportunidades e acesso social aos bens e serviços produzidos nacional e internacionalmente.

A partir desses pressupostos, os pilares do capitalismo global estarão alicerçados, garantindo paz para todos. Os países emergentes asiáticos estão modernizando suas estruturas produtivas, primando pelo padrão de qualidade, pelo número de horas nos ensinos fundamental, médio e superior especializado, mantendo suas identidades nacionais, mas direcionando seus esforços produtivos na construção de uma sociedade co-responsável na “difusão de uma ética co-responsável” no contexto global.²⁰

A Quem Interessa um Mundo Global, Interconectado e sem Barreiras?

As oportunidades econômicas e sociais da globalização são possíveis, porém desiguais para todas as nações emergentes, corporações e pessoas. O crescimento econômico sustentável com expressiva participação no comércio internacional representa um dos caminhos promissores no combate à pobreza, à ignorância e na geração de empregos produtivos. Entretanto, abertura econômica não representa a tábua da salvação para as desigualdades sociais inerentes a cada país. A cultura da abertura e da conquista deve atender às necessidades das modificações mais profundas nas instituições econômicas e socialmente representativas do país.²¹

A globalização interessa muito mais aos países emergentes que aos desenvolvidos como sendo um caminho viável à redução das desigualdades sociais e como forma de possibilitar o acesso a todos os bens e serviços produzidos em escala mundial pelas empresas multinacionais. Para tanto, cabe, antes de qualquer coisa, reduzir ou eliminar gargalos domésticos tais como: o desemprego estrutural, o analfabetismo e a má qualidade

²⁰ O aprofundamento desse tema será feito tanto no Capítulo 4 como na introdução do Capítulo 6.

²¹ A cultura da abertura e da conquista no sentido dos valores sociais, atitudes e crenças, implica ações políticas que possibilitem o progresso material, científico, educacional e democrático de uma sociedade. O progresso material e científico não se trata, unicamente, das condições geográficas e do tamanho populacional, mas, especialmente, dos estímulos à mudança cultural de um país em direção à prosperidade. Esse comportamento social envolve mudança de atitudes em relação ao ambiente local e ao mundo exterior no qual cada cidadão vive. Alguns países, como Gana e a Coreia do Sul, que tinham renda por habitante similar, assim como a composição do produto – indústria, serviço e agricultura –, eram exportadores de matérias-primas no início dos anos 60. No entanto, em 2000, a Coreia do Sul tornou-se um dos países emergentes de maior renda por habitante e Gana continua um país pobre. A mesma comparação pode ser feita entre a economia da Coreia do Sul e a do Brasil.

do ensino público e privado, oferecer infra-estrutura adequada à produção, sistemas judiciais e políticos transparentes e socialmente co-responsáveis. Porém, nem toda a sociedade compartilha do entendimento de que a inserção em um mundo economicamente globalizado, integrado e interconectado é o melhor caminho para acelerar o progresso material da nação. Essa inserção, particularmente para os países emergentes, requer, antes da fase de inserção na economia global, a feitura de reformas macro e microeconômicas que promulgam mudanças nas tradições de poder político-econômico das elites dirigentes. Nesse sentido, os representantes do poder oligárquico inibem ou impedem as reformas necessárias para o avanço das nações emergentes no âmbito da prosperidade global, isso porque eles enxergam as realidades econômico-sociais não como elas são, mas elas são como eles as vêem. Se essa realidade pode se transformar em um determinismo histórico para a maioria das nações menos desenvolvidas, qual a saída para esse impasse? As instituições multilaterais devem agir de forma coordenada para promover as transformações econômicas e sociais dessas nações, impedindo-as de permanecerem distante dos benefícios da globalização econômica. O primeiro passo é eliminar a miséria, a ignorância e a delinquência social desses países e assegurar-lhes maior acesso às ofertas globais na dimensão da evolução do crescimento da renda por habitante e da maior equidade na distribuição da riqueza nacional.

Como as Nações Emergentes Poderão Entrar no Jogo da Globalização?

Existem vários fatores que são básicos e imprescindíveis para viabilizar a inserção dos países emergentes na economia global. Vamos destacar as reformas macro e microeconômicas mais relevantes que foram realizadas nos países da Ásia e que hoje cotejam importante lugar na composição da renda mundial por habitante. No final, apresentaremos, apesar das reformas, os riscos de um processo de abertura sem uma política de contrapartida dos interesses nacionais e internacionais na construção de uma economia moderna e competitiva e com adequada distribuição da renda nacional.

Reformas Macroeconômicas

Ao longo deste estudo, observou-se que o início das reformas macroeconômicas foi acompanhado por inúmeras reformas microeconômicas e o seu sucesso – crescimento sustentável com aumento da renda por habitante e abertura econômica – deveu-se, principalmente, à criação de um ambiente econômico, político e de governança pública estável e às realizações de empreendimentos com capital nacional ou estrangeiro por meio de parcerias público-privadas ou de investimentos diretos. As reformas macroeconômicas deram a muitos dos países emergentes da Ásia – Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, Índia e China – um arcabouço jurídico-institucional capaz de assegurar os direitos e deveres de cada cidadão em relação aos seus negócios e a possibilidade de alocar de forma adequada e com eficácia os recursos públicos e privados. Embora estejamos salientando as reformas mais impactantes que impulsionaram o crescimento, a geração de empregos com o aumento da renda, assim como uma cultura de abertura, não pretendemos fazer dessa lista um receituário sobre o que os países emergentes devem ou podem fazer para angariar um espaço maior na economia global. Cada país guarda suas características e identidades éticas e culturais; no entanto, atraíram enormes investimentos internacionais por conta das reformas realizadas ou em curso direcionadas as oportunidades e desafios do capitalismo global.

Observa-se na China, por exemplo, um direcionamento das reformas visando a criar um amplo mercado de consumo de massa, privilegiar a redistribuição da renda nacional e a fortalecer o surgimento de uma classe média ampla e de elevada renda. Muitos países emergentes estão ávidos para ingressar no clube dos países globais, mas se esquecem ou dão pouca importância à construção de um amplo e sólido mercado interno, que geraria empregos produtivos com renda crescente. A formação de uma classe média ampla e rica sempre será o colchão macroeconômico dos choques externos, garantindo o crescimento econômico competitivo e eficiente.

Um segundo aspecto, relacionado ao primeiro, é a estratégia de crescimento dos países emergentes baseada na dinâmica das suas exportações para o mercado norte-americano: enquanto o consumo dos norte-americanos estiver crescendo, as exportações internacionais irão bem, mas, quando estacionarem, não haverá um mercado

que substitua as exportações dos países emergentes. Como os EUA têm baixo índice de poupança, 1,5% do PIB, e a política de crescimento tem sido fundamentada no aumento constante dos déficits públicos federal e das contas externas, não resta outra alternativa a não ser a de os países superavitários (emergentes) nas contas externas financiarem tanto os déficits públicos orçamentários como as necessidades de empréstimos externos (déficit na conta-corrente) para investimentos domésticos (limitações da poupança) dos EUA. Esse fato não seria tão preocupante se as economias domésticas dos países emergentes exportadores de poupança crescessem a taxas mais expressivas, acima da média, em torno de 4% ao ano, contrastando com o ritmo das exportações, que cresceram em torno de 20% ao ano ao longo dos últimos cinco anos. Caso ocorra uma queda no consumo dos EUA, o que deverá ocorrer antes de 2010, poderá ser o prenúncio de uma forte retração no crescimento econômico do país por alguns anos.

A dinâmica da economia interna dos emergentes não amenizará a queda do crescimento econômico mundial. Essa trajetória da economia dos EUA e seus reflexos na economia mundial estão sendo anunciados há algum tempo e, certamente, possibilitará que as políticas monetária e fiscal dos EUA evitem uma crise de vulnerabilidade econômica interna com reflexos na economia global. Criou-se, recentemente, um movimento de manada de dependência do crescimento da economia dos emergentes em relação à dos EUA, com base nas exportações feitas para o consumo dos norte-americanos. As exportações mundiais vão bem enquanto a economia dos EUA estiver crescendo. Como veremos, a economia dos EUA caminha para um forte ajuste nas contas públicas, aumento de tributos e desvalorização cambial. Esse cenário não é nada promissor para as economias emergentes dependentes das suas exportações, porém reforça a importância da expansão da economia de massa dos países emergentes como sendo um amortecedor doméstico dos choques externos.

Um terceiro aspecto a ser destacado refere-se ao papel paternalista do governo central. Em vários países emergentes da Ásia reduziu-se o tamanho do Estado, porém este se manteve como entidade reguladora do funcionamento competitivo e justo das atividades empresariais. Para tanto, foram mantidos sob seu controle as estratégias do crescimento e os instrumentos de estabilidades macroeconômicas – políticas de industrialização, de crédito, fiscal, monetária e cambial.

Um quarto aspecto, árduo de ser implementado com rapidez, é a reforma do sistema financeiro, objetivando tanto o aumento do crédito ao setor privado e às famílias em porcentagem do PIB como possibilitar maior eficiência na intermediação bancária entre a atividade de captação e de alocação dos recursos financeiros na economia. A China tem conseguido, desde 1978, realizar contínuas reformas no sistema financeiro, criando novos bancos privados nacionais e internacionais e fortalecendo o mercado de capitais com o objetivo de poder contar, no futuro próximo, com um sistema bancário e um mercado de capitais amplo e competitivo. No tocante à Índia, este país necessita de uma segunda rodada de reformas, principalmente no sistema financeiro, que possibilite a alocação eficaz dos recursos captados e investidos na economia. O sistema tributário, a política fiscal, a eficiência do sistema financeiro formam uma rede de apoio de proteção ao crescimento sustentável de longo prazo e à geração de empregos produtivos com rendas crescentes. Qualquer desequilíbrio entre esses sistemas resulta em graves entraves no atendimento do primeiro objetivo – criar um forte mercado interno de consumo de massa –, bem como dificulta a estabilidade do poder de compra da moeda, inserindo, assim, um elemento de incertezas macroeconômicas, quando isso deve ser evitado.

O quinto aspecto, portanto, deve ser a reforma do sistema tributário com o direcionamento de não inibir os investimentos e muito menos impossibilitar a formação de empresários e empregos produtivos formais. A existência de ambos, seguramente, possibilitará a formação da poupança doméstica necessária e a cultura empresarial desejada para a inserção de todos os setores econômicos potencialmente competitivos no mercado global, contemplados com créditos e financiamentos públicos e privados para sua expansão. À medida que a União Européia horizontaliza e consolida sua integração econômica, a falta de uniformização do sistema tributário entre os diferentes países que a integram poderá ser o calcanhar de Aquiles da estabilidade do euro ao longo dos próximos anos. Como um desdobramento do quinto tema, o país emergente que não adotar política tributária mais eficiente e equiparável com a dos emergentes concorrentes terá muita dificuldade em permanecer na economia global com parceiros e alianças econômicas estáveis. Na média, os países asiáticos têm uma carga tributária em torno de 18% e os gastos públicos do governo central com o seu custeio não ultrapassam 8%, ambos em relação ao PIB, em 2005. No Brasil, por exemplo, a carga tributária está em torno de 38% do PIB e os gastos

correntes do governo federal em 23% do PIB, em 2005. Logo, o Brasil está na contramão da velocidade necessária à modernização e à inserção global, como fazem os países emergentes da Ásia.

O último, porém não o menos importante aspecto é a redução da demanda ou a dependência do fluxo de capital estrangeiro de curto prazo. Esses são, portanto, os temas de reformas mais relevantes a serem perseguidos pelos países emergentes no médio prazo. A globalização estará padronizando os referenciais tanto de custos como de eficiência e de produtividade macro e microeconômicas entre países.

Reformas Microeconômicas

No mundo das nações emergentes não existe um país ou uma região que se possa apontar como a mais adequada ao crescimento sustentável de longo prazo com um ambiente regulador jurídico e institucional propício ao desenvolvimento dos seus negócios. No entanto, vale lembrar que tanto os investidores institucionais – bancos – como as multinacionais avaliam um amplo espectro de oportunidades de custo e benefícios para a realização de investimentos produtivos. É importante que as nações estejam realizando ou debatendo as reformas microeconômicas, cuja eficiência irá possibilitar o sucesso de implementação das reformas macroeconômicas.

As reformas microeconômicas têm o objetivo de promover a prosperidade econômica para todos, ou, em outras palavras, reduzir a pobreza criando oportunidades de ascensão social para todos. Há um conjunto de reformas microeconômicas em curso em vários países emergentes, possibilitando a criação da cultura da legalidade, da transparência, da viabilidade empreendedora realista e de eficiência relativa nas relações entre Estado, sociedade e mercado produtivo. Embora a ordem não seja importante, o conjunto das reformas direcionadas deve criar, no contexto nacional, um ambiente regulador jurídico e institucional adequado. Nesse sentido, um primeiro conjunto de reformas deve: focar a facilidade, a rapidez e o baixo custo para a abertura e a liquidação dos negócios privados; criar uma economia competitiva e flexível por meio de leis e de contratos trabalhistas que estimulem a legalidade e a expansão das atividades empresariais; ser eficiente no combate à corrupção nas entidades públicas e à sonegação de impostos;

apresentar leis que assegurem os direitos de propriedade, encerrando, assim, o conjunto das reformas microinstitucionais.

Há muitas e distintas políticas industriais para atender a diferentes estágios do desenvolvimento do país, mas os pressupostos do papel indutor do Estado no desenvolvimento da base industrial elegendo setores ou ramos de atividade econômica não mais procedem no mundo globalizado da produção e do acesso às fronteiras tecnológicas. Nesse sentido, a política industrial deve ser horizontal, privilegiando todos os setores ou atividades econômicas que se mostrem potencialmente competitivos no mercado global, sem fazer qualquer distinção de tamanho da empresa ou do mercado no qual a atividade se propõe a competir, gerar renda e absorver novos padrões de desenvolvimento tecnológico. Finalmente, cabe destacar o papel do Estado na promoção da abertura cultural do país às possibilidades existentes na economia global deste século.

Com relação a esse conjunto de reformas macro e microeconômicas em curso em diferentes países emergentes, mas com distinto grau de implementação, pode-se destacar que nenhuma nação emergente que se proponha a fazer parte da globalização poderá estar indiferente ou distante dessas reformas que objetivam tanto reduzir a pobreza como criar a cultura da prosperidade, das vantagens da abertura econômica e das possibilidades existentes no mundo. Os papéis do Estado democrático e da sociedade estarão norteando tanto o rumo como a velocidade de ajustes para sua inserção global. Nesse sentido, as empresas nacionais e internacionais estão aumentando as ofertas de bens e serviços globais, mas estão atentas às reais possibilidades de encontrarem a demanda consistente estruturada pelos governantes ao permitirem à sociedade as reformas macro e microeconômicas que viabilizem a existência de um ambiente nacional seguro para as realizações de planos e programas de desenvolvimento de longo prazo, de modo a reduzir a pobreza e satisfazendo os desejos humanos de poder consumir, investir e produzir em qualquer lugar do mundo, sem barreiras, e criando, assim, uma sociedade interconectada e interdependente em um contexto capitalista de co-responsabilidades locais e globais.

A Globalização Promove a Interatividade e a Conectividade

A interatividade e a conectividade entre nações, mercados e sociedades provocarão uma mudança no eixo das atividades econômicas internacionais. Em 2005, o valor do PIB mundial foi de \$ 42 trilhões de dólares e deverá alcançar a cifra de \$ 80 trilhões em 2025, estimando-se que a taxa média de crescimento esperado é de 3,3% ao ano. Isso significa que o PIB mundial praticamente dobrará de valor nos próximos 20 anos. A economia da Ásia (exceto Japão) representou 27% do PIB mundial em 2005, medido no conceito de paridade física de produção entre países.²² Daqui a 20 anos, os países da Ásia alcançarão 33% do PIB mundial; somente a China, que teve uma participação de 13% do PIB em 2005, alcançará 17% do PIB mundial em 2025. Pelo mesmo critério de aferição no PIB mundial, as economias dos EUA e da União Européia (15), que tiveram uma participação de 20% e 21%, respectivamente, convergirão para 15% do total em 2025. De acordo com essa estimativa, dentro de 20 anos, a China terá a maior parcela do PIB mundial. Nota-se, portanto, que, dentro de duas décadas, o centro da produção mundial terá convergido para as nações dos países emergentes da Ásia. Demograficamente, essa região sempre foi muito populosa e uma das mais pobres em relação à Europa e à América do Norte; porém, o fato de ela estar assumindo a liderança da oferta da produção mundial tem muito a ver com o processo de mudanças estruturais das suas economias, por meio de reformas macro e microeconômicas, avanços tecnológicos e direitos de propriedade, assegurando os direitos dos investimentos internos e externos, o desenvolvimento do mercado de capitais e as mudanças demográficas que vêm intensificando a interatividade e a conectividade dessas economias com as economias mais desenvolvidas. Essas mudanças têm propiciado o surgimento de condições viáveis e duradouras à exploração das suas vantagens competitivas nos mercados internacionais.

Os países desenvolvidos terão um papel relativamente importante no processo de expansão da interatividade e da conectividade entre nações, mercados e sociedades; no entanto, a continuidade desse processo benigno poderá sofrer interrupções ou desaceleração

do crescimento e do consumo nas economias dos EUA e da União Européia, como já apontamos anteriormente. Acreditamos que o caminho mais provável será um ajuste e reformas contínuas e graduais dos desequilíbrios internos e externos dessas economias, como foi feito após a crise do petróleo em 1973.

Apesar de haver incertezas quanto ao ritmo do crescimento das economias mais desenvolvidas, existe a expectativa de que, nos próximos dez anos, no período de 2005 e 2015, haverá uma forte aceleração do consumo mundial. Bilhões de novos consumidores estarão demandando muito da oferta da economia global. A renda média das famílias dos países emergentes estará em torno de \$ 5 mil dólares, passando dos \$ 4 trilhões em 2005 para \$ 9 trilhões em 2015, valor muito próximo às despesas dos países da União Européia (25) em 2005.²³ Esse impulso do crescimento da renda média das famílias será mais um dos elementos que terão fortes impactos inovadores e ocasionarão mudanças radicais das empresas multinacionais tanto nos processos como nas estruturas organizacionais visando à conquista de novos consumidores e de novos mercados.

Com a ausência de barreiras, estreita-se o processo da interatividade e da conectividade entre empresas, consumidores e nações. As oportunidades desse novo mundo estão ao alcance de todos nós. À empresa multinacional, a qual consiste no principal centro detentor do capital, da tecnologia e do conhecimento, no seu processo de promover a oferta de bens e de serviços globais, caberá um dos mais importantes papéis na história da globalização do século 21: deverá atender às demandas individuais pelos seus produtos e serviços tangíveis e intangíveis em qualquer parte do mundo, criando novos valores organizacionais e elevando a produtividade do capital humano local.

²² O conceito de paridade do poder de compra (em inglês PPP) como uma aferição do valor do produto interno bruto (PIB) considera a produção física entre países, eliminando as distorções das variações cambiais ao longo do tempo.

Conclusão

As pessoas e os grupos refratários à globalização consideram-na a causa do distanciamento da renda entre as nações desenvolvidas e as emergentes. Felizmente, dispomos de pesquisas e longa série de dados de um conjunto de nações que afirmam exatamente o contrário. Culpar a globalização pelas divergências de renda entre nações desenvolvidas e emergentes ou pelo aumento da pobreza no mundo é, no mínimo, intelectualmente, uma afirmação desonesta. Um desses importantes trabalhos é dos Professores Peter Lindert e Jeffrey Williamson.²⁴ Esse estudo realizou uma análise cercado todas as possíveis dúvidas que permeiam a questão da globalização. A renda por habitante vem se tornando mais distante entre países do que dentro de cada país ao longo dos últimos dois séculos. O mundo vem se tornando menos igual ao longo dos últimos dois séculos – essa é a primeira constatação. No entanto, conclui o estudo que o distanciamento de renda por habitante entre nações se deve muito pouco à globalização, visto que os países menos desenvolvidos foram os que mais se beneficiaram da integração de mercados, em especial aqueles que realizaram reformas macro e microeconômicas visando à exploração das oportunidades que a integração de mercados propicia, como o aumento do emprego e da renda de forma permanente e constante. O estudo confirma que as nações mais abertas ao comércio internacional, ao longo de três décadas, apresentaram um aumento médio da renda anual por habitante em torno de 6,40%; os países com abertura moderada, uma média menor, de 2,93%; os países moderadamente contra a abertura comercial, uma média de aproximadamente 1,83%; os países fortemente contra a abertura comercial, em torno de 0,37% ao ano.

A globalização não consiste em uma armadilha criada pelos países desenvolvidos para que os emergentes caiam nela e passem a depender dos recursos e mercados dos mais prósperos. Essas atribuições não têm nexos, pois em nenhum estudo sério existe a menor indicação de que a globalização tenha distanciado o crescimento da renda entre os países. O fato relevante é que poucos emergentes têm a cultura da abertura e a ambição política de transformação socioeconômica, pois elas envolvem mudanças radicais no papel das elites

²³ DAVIS, Ian; STEPHENSON, Elizabeth. Ten trends to watch in 2006. *The McKinsey Quarterly*, New York, Jan. 2006- site: info@mckinseyquarterly.com.

²⁴ LINDERT, Peter H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *Does globalization make the world more unequal?* 2001. Working Paper 8228 – NBER, Cambridge, MA, Apr. 2001.

dominantes com a ascensão de uma classe média, política e economicamente mais forte e consciente das reformas necessárias. Na maioria das vezes, a classe dominante induz a idéia de que a globalização aumenta a pobreza entre as nações justamente para não perder seu *status* social e político. Manter uma ampla porção da sociedade sob o estigma da ignorância torna mais fácil o projeto político interno de dominação política e cultural. Todas as ditaduras fazem esse jogo sujo com as sociedades que vivem com menos de 2 dólares por dia. Assim, a palavra “democracia” passa a ser o manto sagrado que encobre o jogo da corrupção das elites, da submissão social e do baixo nível da educação básica e fundamental, privilegiando somente uma elite que tem acesso à educação superior e que irá repetir o mesmo jogo das elites dominantes. Assim, o ciclo se fecha: elevado nível de ignorância nacional e políticas de assistencialismo social, responsabilizando as instituições internacionais e a globalização pelas injustiças sociais locais.

A globalização é, como apresentamos, uma excepcional oportunidade para os países emergentes aumentarem suas rendas de forma produtiva e reduzirem a pobreza com um mínimo de racionalidade econômica e justiça social. No entanto, navegar nesse mar de negócios pode ser desastroso se a opção de inserção econômica não incluir a realização das reformas macro e microeconômicas indicadas. A abertura econômica como um precioso caminho para a modernidade e o progresso requer estratégias de contrapartidas entre mercados e produtos, quotas de importação e de exportação para preservar os limites da estabilidade de empregos e de investimentos locais entre nações, recursos financeiros para a infra-estrutura, parcerias de investimentos público-privados e acesso às tecnologias de desenvolvimento social e econômico. A estratégia de inserção econômica deve ser parte da política macroeconômica de estabilidade, de distribuição de renda e de recursos e de modernidade, e não uma decisão deslocada do restante das decisões ou das reformas.

Referências Bibliográficas

AMSDEN, Alice H. *Asian's next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

BATISTA, Paulo Nogueira. *Globalização, dependência monetária e vulnerabilidade externa*. São Paulo: FGV-EAESP, jun. 2001. Texto para Discussão.

BHAGWATI, Jagdish. *In defense of globalization*. New York: Oxford University Press, 2004.

BOSWORTH, Barry P.; DORNBUSH, Rudger; LABÁN, Raúl (Ed.). *The Chilean economy: policy lessons and challenges*. Washington D. C.: The Brookings Institution, 1994.

DAVIS, Ian; STEPHENSON, Elizabeth. Ten trends to watch in 2006. *The McKinsey Quarterly*, Jan. 2006.

FERGUSON, Niall. 2006. The Next War of the World. *Foreign Affairs*, September/October 2006, vol 85, No.5. p.61.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *A confiança – as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1993

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Ed.). *Culture matters: how values shape human progress*. New York: Basic Book, 2000.

HOBBSBAWN, Eric, *Era dos Extremos - O breve século XX 1914-1991*, Companhia das Letras, São Paulo, 1994

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1999.

LACERDA, Antonio Corrêa de. *O impacto da globalização na economia brasileira*. 3. ed. Contexto, São Paulo, 1999.

- LANDES, David S., *Riqueza e a Pobreza das Nações- por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*. Editora Campus, 1998.
- LIN, Justin Yifu; CAI, Fang; LI, Zhou. *The China miracle: development strategy and economic reform*. Sha Tin: The Chinese University Press, 1996.
- LINDERT, Peter H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *Does globalization make the world more unequal?* 2001. Working Paper 8228 – NBER, Cambridge, MA, Apr. 2001.
- MALAN, Pedro. Ano IV de uma nova era? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 jan. 2006. p. A2.
- MARTIN, Hans-Peter e Harald Schuman, *A Armadilha da Globalização - o assalto à democracia e ao bem-estar social*, Editora Globo, São Paulo, 1996, Capítulos 1,2 e 3.
- O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. *Globalization and history*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- _____. *When did globalization begin?* 2000. Working Paper 7632 – NBER, Cambridge, Apr. 2000.
- ROBERTS, J.M. *Twentieth Century- The history of the world, 1901 to 2000*. Viking Penguin Group, New York, 1999.
- RICUPERO, Rubens. Os Estados Unidos e o comércio mundial: protecionismo ou campeão do livre comércio? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, 2002.
- RODRICK, Dani (Ed.). *In search of prosperity*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- SMITH, Adam. *The wealth of nations*. New York: Random House, 1985. Book 4, chapter 6, part 3.
- WOLF, Martin. *Why globalization works*. New Haven, USA: Yale University Press, 2004.